

Abordagem dos profissionais de saúde frente à transexualidade no sistema único de saúde

Approach of health professionals facing transsexuality in the unified health system

Enfoque de los profesionales de la salud frente a la transexualidad en el sistema unificado de salud

André Luís Belmiro Moreira Ramos^{1*}, Nathália de Oliveira Azevedo¹, Márcya Cândida Casimiro de Oliveira¹, Gilberto José Montañó Góes de Mendonça¹, Domennica Gomes Pecorelli¹, Amanda Apoloni Tissiani¹, Ianara Fabiana Ramalho Dias Alves¹, Layza de Sousa Chaves Deininger¹.

RESUMO

Objetivo: Analisar os estudos científicos nacionais acerca da abordagem dos profissionais de saúde frente à transexualidade. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa dos últimos cinco anos, realizado de março a maio de 2021 com o intuito de analisar estudos relacionados com o objetivo do artigo, sistematizando-os para investigação aprofundada do tema. Utilizou-se para isso a combinação dos descritores e os booleanos AND e OR. **Resultados:** Foram incluídos 21 artigos, publicados entre 2017 e 2021, que retrataram temas como a transfobia nos espaços em saúde, patologização das vivências transexuais, ausência de políticas efetivas na atenção primária voltada para o público transexual, falta de recursos nas redes de saúde destinados às necessidades do público transexual, necessidade de formação dos trabalhadores da saúde no contexto das vivências transexuais, importância do cuidado, acolhimento, atendimento especializado e cuidado multiprofissional à população transexual e necessidade de inclusão de conteúdos e estratégias pedagógicas acerca das políticas públicas destinadas ao público LGBTQIA+ nas escolas médicas ou nos próprios serviços de saúde. **Considerações finais:** abordagem dos profissionais de saúde frente à transexualidade carece de aprimoramento em relação à forma como este público deve ser acolhido, minimizando os preconceitos perpetrados pela sociedade.

Palavras-chave: Transexualidade, Transgênero, Acesso aos serviços de saúde, Assistência à saúde, Profissional de saúde.

ABSTRACT

Objective: To analyze the national scientific studies on the approach of health professionals to transsexuality. **Methods:** This is an integrative review of the last five years, carried out from March to May 2021, in order to analyze studies related to the objective of the article, systematizing them for in-depth investigation of the theme. For this, the combination of the descriptors and the Booleans AND and OR was used. **Results:** Twenty-one articles were included, published between 2017 and 2021, which portrayed themes such as transphobia in health spaces, pathologization of transsexuals experiences, absence of primary care policies aimed at the transsexual public, lack of resources in the health care network for needs of the transsexual public, need for qualification of health professionals in the context of transsexuals experiences, importance of care, reception, specialized care and multidisciplinary care for the transsexual population and need to include content and pedagogical strategies about public policies aimed at the LGBTQIA+ population in medical schools or in the health services themselves. **Final considerations:** Health professionals' approach to transsexuality needs improvement in relation to how this public should be welcomed, minimizing prejudices perpetrated by society.

Keywords: Transsexualism, Transgender person, Health services accessibility, Delivery of health care, Health personnel.

RESUMEN

Objetivo: Analizar estudios científicos nacionales sobre el acercamiento de los trabajadores de la salud a la transexualidad. **Métodos:** Se trata de una revisión integradora de los últimos cinco años, realizada de marzo

¹ Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba (FCMPB), Cabedelo - PB.

*E-mail: andre.moreira.amos@gmail.com

a mayo de 2021, con el fin de analizar estudios relacionados con el objetivo del artículo, sistematizándolos para una investigación en profundidad del tema. Para ello, se utilizó la combinación de los descriptores y los booleanos AND y OR. **Resultados:** Se incluyeron veintiún artículos, publicados entre 2017 y 2021, que retrataron temas como la transfobia en los espacios de salud, la patologización de las experiencias transexuales, la ausencia de políticas efectivas en atención primaria dirigidas al público transexual, la ausencia de recursos en la red de atención de salud para las necesidades de el público transexual, necesidad de cualificación de los profesionales de la salud en el contexto de las experiencias transexuales, importancia de la atención, acogida, atención especializada y atención multidisciplinar para la población transexual y necesidad de incluir contenidos y estrategias pedagógicas sobre políticas públicas dirigidas a la población LGBTQIA+ en el ámbito médico. escuelas o en los propios servicios de salud. **Consideraciones finales:** El acercamiento de los trabajadores de la salud a la transexualidad necesita mejorar en relación con cómo este público debe ser acogido, minimizando los prejuicios perpetrados por la sociedad.

Palabras clave: Transexualidad, Transgénero, Acceso a servicios de salud, Asistencia sanitaria, Profesionales de la salud.

INTRODUÇÃO

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a população brasileira passou a ter garantido o direito ao acesso aos serviços de saúde a partir da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Este programa, se configura, até os dias atuais, como uma das iniciativas públicas mais inclusivas do nosso país, bem como representa uma das maiores iniciativas públicas de saúde do mundo (MENESES APR, et al., 2019; DUARTE E, et al., 2018).

Nesse contexto, os setores da saúde passam a desempenhar um papel primordial na garantia da qualidade de vida da sociedade em geral, com destaque para as ações de prevenção e promoção à saúde. Contudo, o acesso aos serviços de saúde ainda é muito dependente de aspectos sociais e culturais. Desse modo, mesmo o SUS garantindo a todos os cidadãos saúde pública como seu compromisso primordial, para algumas minorias, como a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queers, Intersexuais e Assexuais (LGBTQIA+), o alcance a esses serviços ainda é muito difícil (ROCON PC, et al., 2020; NEGREIROS FRN, et al., 2019).

Dentre as minorias citadas, segundo Rocon PC, et al. (2020), as mulheres transexuais se apresentam como um grupo que possui um desafio ainda maior em razão de problemas, como: a discriminação sofrida por este público nos centros de saúde com conseqüente impacto no acolhimento realizado, a visão da transexualidade como uma doença, ineficácia da atenção primária em relação à coordenação de uma rede de saúde específica voltada para o público em questão, falta de recursos financeiros destinados à realização de cirurgias de redesignação sexual e ineficácia de iniciativas voltadas ao estímulo ao respeito em relação às diferentes formas de gênero.

Conforme Fernandes MCL, et al. (2019), transexualidade define-se como a condição do indivíduo caracterizada pelo sentimento acentuado de inadequação de gênero relacionado ao seu sexo biológico, declarado ao nascimento. Atualmente, a abordagem da transexualidade pelos trabalhadores em saúde ainda se associa a preconceitos, sofrimentos e discriminações, que levam a constrangimentos no atendimento e falhas no estabelecimento da relação médico-paciente (NASCIMENTO HM, et al., 2018).

Assim, de acordo com Gomes DF, et al. (2021), quando as relações médico-pacientes são desprovidas de elementos éticos e legais, tem-se como resultado a percepção de exclusão e de menos valia, o que pode aumentar a vulnerabilidade e a marginalização desses usuários. Aliado a isso, segundo Santos JS, et. al. (2019), soma-se ainda a ausência de conhecimento dos prestadores do cuidado de saúde frente aos tipos de gênero e a insensibilidade às suas necessidades, que levam, sobretudo, à prestação de serviços de má qualidade.

Dessa forma, como os transexuais passam a não procurar atendimento médico, principalmente na atenção básica, perde-se a chance de trabalhar com esse público questões relacionadas à promoção da saúde e prevenção de doenças, como as sexualmente transmissíveis, além de outros problemas, como os

relacionados à realização de terapia hormonal e adoecimento físico e mental em razão das tentativas de alterações corporais a partir de procedimentos não supervisionados por um profissional de saúde adequado (ROCON PC, et al., 2020).

Os profissionais da saúde pública se mostram despreparados ao demonstrar desconhecimento acerca do processo transexualizador, fazendo com que as pessoas transexuais sejam encaminhadas para tratamentos psicológicos relacionados à disforia de gênero ao invés de serem encorajados à realização de procedimentos de adequação sexual. Esta forma de atendimento é diretamente impactada pela ausência de uma rede de saúde específica para esse público, fazendo com que o processo de redesignação sexual seja lento e burocrático, mesmo quando a equipe de saúde entende a sua necessidade (REIS PSO, et al., 2021).

No âmbito da inadequação do acolhimento à população transexual, Rocon PC, et al. (2019), também destacam que é necessário educar os trabalhadores em saúde para que possam rever suas condutas, muitas vezes baseadas em valores heteronormativos e legitimadas através de ideologias religiosas. Outro problema é a formação profissional ainda baseada no padrão biomédico, o que resulta na estigmatização dos transexuais como pacientes que apresentam disforia de gênero.

Dessa forma, percebe-se a relevância da atuação dos profissionais de saúde diante da problemática enfrentada pela população LGBTQIA+ no que se refere à garantia do direito à saúde pública. Visto que essa garantia encontra cada vez mais barreiras para ser efetivada, estudos que abordem essa temática são cada vez mais relevantes e necessários para o domínio público. Nessa perspectiva, o presente artigo teve como objetivo analisar estudos científicos nacionais acerca da abordagem dos profissionais do Sistema Único de Saúde frente à transexualidade.

MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa a partir de uma pesquisa básica, exploratória, histórica, de natureza qualitativa, do tipo revisão bibliográfica da literatura, com o objetivo de analisar estudos anteriores relacionados com o objetivo do artigo, sistematizando-os para investigação aprofundada do tema. Neste âmbito, foram realizadas as seguintes etapas: delimitação da questão norteadora, coleta de dados, estabelecimento dos critérios de elegibilidade e amostra, análise crítica dos artigos obtidos a partir da pesquisa, discussão e interpretação dos resultados e apresentação da conclusão.

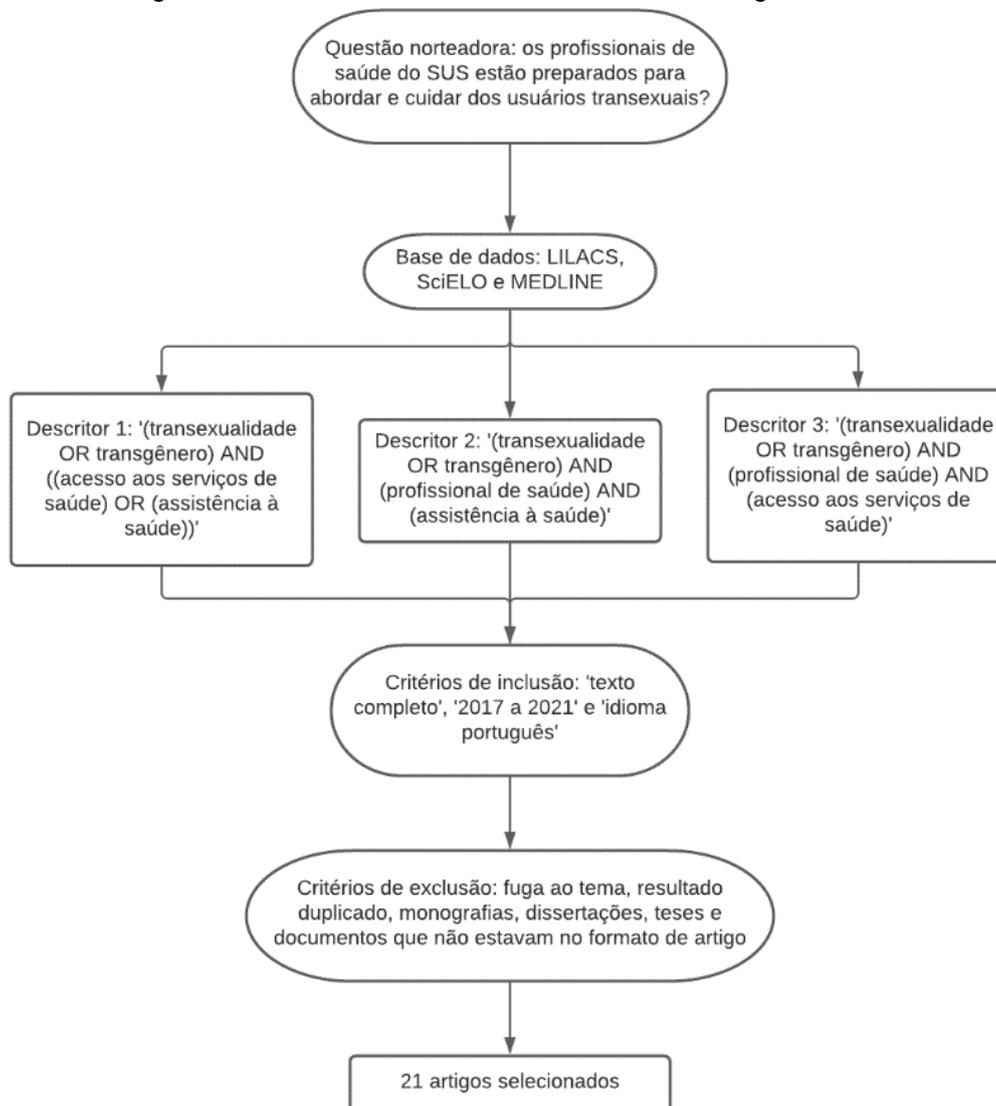
A questão norteadora que direcionou a pesquisa foi: 'Os profissionais de saúde do SUS estão preparados para abordar e cuidar dos usuários transexuais?'. As buscas foram realizadas no mês de março de 2021, utilizando-se como fonte as bases de dados da Revista Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE), sendo coletados dados dos últimos cinco anos (2017-2021).

A busca por artigos foi realizada a partir da utilização de cinco palavras chaves, indexadas no banco de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): 'transexualidade', 'transgênero', 'acesso aos serviços de saúde', 'assistência à saúde' e 'profissional de saúde', a partir da interpolação dos operadores booleanos 'AND' e 'OR', formando três combinações: 1 – '(transexualidade OR transgênero) AND (acesso aos serviços de saúde) OR (assistência à saúde)', 2 – '(transexualidade OR transgênero) AND (profissional de saúde) AND (assistência à saúde)' e 3 – '(transexualidade OR transgênero) AND (profissional de saúde) AND (acesso aos serviços de saúde)'.

A partir da busca inicial, foram definidos os seguintes critérios de elegibilidade para inclusão: texto completo, idiomas (português) e período (2017-2021). Em seguida, foi realizada uma leitura rápida do título e do resumo que permitiu realizar uma triagem destas referências e descartar as que não se enquadraram nos critérios de elegibilidade estabelecidos pela revisão. Foram excluídos os trabalhos que não se encaixaram no objetivo da pesquisa, como também os que representaram resultados duplicados, além de monografia, dissertações, teses e documentos que não estivessem em formato de artigo. A exclusão dos artigos por fuga ao tema se deu em razão da não adequação ao foco da atuação dos profissionais de saúde frente à transexualidade. Após a busca dos artigos, os estudos que se enquadraram nos critérios de inclusão foram lidos na íntegra.

Para a sistematização dos estudos selecionados, foi utilizado construído o fluxograma analisador, conforme a **Figura 1**.

Figura 1 - Fluxograma dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos no estudo de revisão.



Fonte: Ramos ALBM, et al., 2021.

Em seguida, os estudos analisados foram classificados de acordo com o nível de evidência (**Quadro 1**).

Quadro 1 - Nível de evidência das publicações em bases de dados e biblioteca virtual.

Nível de evidência	Tipo de estudo
I	Revisão sistemática ou metanálise
II	Experimentos randomizados ou controlados
III	Experimentos controlados sem randomização
IV	Estudo de corte ou caso-controle
V	Revisão sistemática de estudos qualitativos ou descritivos
VI	Estudos qualitativos ou descritivos
VII	Opinião de autoridades ou comitê de especialistas

Fonte: Ramos ALBM, et al., 2021; dados extraídos de Melnyk BM, 2005.

RESULTADOS

Na base de dados LILACS, ao utilizar a combinação 1 – '(transexualidade OR transgênero) AND (acesso aos serviços de saúde) OR (assistência à saúde)', foram encontrados 70 estudos, e quando submetidos aos filtros selecionados, resultaram em 32 artigos científicos. Destes, foram analisados os títulos e resumos, bem como outros critérios de inclusão e exclusão, restando 17 artigos selecionados para a composição deste estudo. Ao utilizar a associação 2 – '(transexualidade OR transgênero) AND (profissional de saúde) AND (assistência à saúde)', foram encontrados 10 estudos, quando submetidos aos filtros, restaram apenas 7 artigos. Após análise dos critérios de inclusão e exclusão, nenhum artigo foi selecionado. Na combinação 3 – '(transexualidade OR transgênero) AND (profissional de saúde) AND (acesso aos serviços de saúde)', foram encontrados 6 estudos, os quais permaneceram após adição dos filtros. Em seguida, com a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, nenhum artigo foi selecionado (**Quadro 2**).

Na biblioteca virtual SciELO, para a associação de descritores 1, foram localizados 33 estudos, que, após seleção dos filtros, resultaram em 24 artigos. Destes, foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, resultando em apenas 2 artigos para compor esse estudo. Ao utilizar a combinação 2, foi encontrado apenas 1 estudo, o qual foi excluído após a seleção dos filtros. A combinação 3 permitiu o encontro de 2 estudos, os quais permaneceram à adição dos filtros, mas foram excluídos após a análise dos critérios de inclusão e exclusão, resultando em nenhuma seleção para essa combinação nessa biblioteca (**Quadro 2**).

Para a combinação 1 na plataforma PubMed, foram encontrados 955 artigos, dos quais apenas 9 conservaram-se após a seleção dos filtros. Destes, somente 2 estudos foram selecionados posteriormente à análise dos critérios de inclusão e exclusão. Utilizando a combinação 2, não foram encontradas publicações. A associação 3 de descritores permitiu o encontro de 55 estudos, porém, todos excluídos após adição dos filtros (**Quadro 2**).

Quadro 2 - Resultado das combinações de descritores 1, 2 e 3 nos bancos de dados utilizados.

Base de dados / Biblioteca virtual	Combinação de descritor	Número inicial de artigos	Número de artigos com filtro	Número de artigos selecionados	Número de artigos excluídos
Lilacs (via bvs)	1	70	32	16	17
	2	10	7	0	7
	3	6	6	0	6
Total selecionados	16 artigos				
SciELO	1	33	24	2	22
	2	1	0	0	0
	3	2	2	0	0
Total selecionados	2 artigos				
Medline	1	955	9	3	6
	2	0	0	0	0
	3	55	0	0	0
Total selecionados	3 artigos				

Fonte: Ramos ALBM, et al., 2021.

Desse modo, totalizou-se 21 publicações para a composição desta revisão integrativa, as quais foram lidas posteriormente na íntegra. Após a leitura dos estudos selecionados, todos foram analisados em relação aos autores, ano de publicação, nível de evidência e objetivo (**Quadro 3**).

Quadro 3 - Disposição dos estudos conforme autores, ano de publicação, bases de dados, nível de evidência científica e objetivo do estudo.

Autores e ano	Base de dados	Nível de evidência	Objetivo do estudo
SOUSA D e IRIART J, 2018.	MEDLINE	VI	Compreender as necessidades e as demandas de saúde dos homens trans.
OLIVEIRA I e ROMANINI M, 2020.	LILACS	VI	Compreender a forma como vão se construindo as trajetórias das pessoas transgênero nas políticas públicas de saúde em um município do interior do Rio Grande do Sul
SHIHADDEH NA, et al., 2021.	LILACS	VI	Investigar como os serviços de saúde podem (in) visibilizar atendimento ao público LGBTQIA+.
BARBOSA MG, et al., 2020.	SCIELO	VI	Investigar e discutir como (e se) a temática da assistência à população transexual está inserida no currículo de graduação das escolas médicas do estado de São Paulo.
ROCON PC, et al., 2020.	LILACS	V	Realizar uma revisão integrativa da literatura sobre acesso à saúde da população transexual e travesti brasileira.
ROSA DF, et al., 2019.	LILACS	V	Descrever e analisar a produção científica nacional e internacional sobre assistência de Enfermagem à população transexual e/ou com variabilidade de gênero.
HANAUER OFD e HEMMI APA, 2019.	LILACS	VI	Descrever os caminhos percorridos por transexuais, visando conhecer seus itinerários na busca por atendimento às suas necessidades e demandas em saúde.
SPIZZIRRI G, et al., 2017.	LILACS	V	Pesquisar a abordagem dos profissionais da saúde aos indivíduos transgêneros.
ROCON PC, et al., 2019.	LILACS	VI	Analisar desafios à universalização do acesso ao processo transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS).
SILVA BP e SCHONS AAN, 2019.	LILACS	VI	Desenvolver um sumário de evidências para apoiar o atendimento clínico e embasar a capacitação dos profissionais da Atenção Primária de Saúde de Florianópolis – SC.
MONTEIRO S e BRIGEIRO M, 2019.	LILACS	VI	Analisar as experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde e discutir a discriminação sexual/de gênero e as suas demandas aos serviços de transição de gênero e prevenção da aids.
GOMES R, et al., 2018.	MEDLINE	VI	Problematizar aspectos relacionados a gênero e direitos sexuais, bem como suas implicações no campo da saúde.

Autores e ano	Base de dados	Nível de evidência	Objetivo do estudo
PEREIRA LBC e CHAZAN ACS, 2019.	LILACS	V	Apresentar os resultados de uma revisão integrativa sobre o acesso das pessoas transexual aos serviços de saúde da atenção básica.
ROCON, PC, et al., 2018.	LILACS	VI	Discutir as críticas e sugestões apresentadas por pessoas transexual para garantia de seu acesso e da promoção de ações para cuidado integral de sua saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).
GRADE C, et al., 2019.	SCIELO	V	Apresentar o que tem sido publicado na literatura científica sobre a patologização da transexualidade.
MENDES LG, et al., 2019.	LILACS	VI	Identificar como se dá a proteção social e a produção do cuidado a travestis e a mulheres transexual em situação de rua nas políticas públicas de saúde e de assistência social no município de Belo Horizonte (MG), a partir da percepção dessas pessoas.
VIEIRA ES, et al., 2019.	LILACS	VI	Compor uma reflexão sobre algumas fronteiras que atravessam a Psicologia quando posta em contato com as demandas dos segmentos transexual e com a operacionalização de políticas de saúde para este segmento.
REIS PSO, et al., 2021.	LILACS	VI	Compreender os sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de pessoas travestis e transexuais na atenção básica.
LOVISON R, et al., 2019.	LILACS	VI	Conhecer a percepção de travestis e transexuais residentes em Chapecó, Santa Catarina, acerca do acesso e assistência em saúde.
SILVA LKM, et al., 2017.	LILACS	VI	Discutir o uso do nome social no SUS como ferramenta para efetivação do acolhimento, humanização e integralidade da assistência a travestis e transexuais, através da elaboração de um ensaio teórico reflexivo.
BRAZ C, 2019.	MEDLINE	VI	Interpretar comparativamente os itinerários agenciados por homens transexuais para lidar com a questão da espera, quando confrontados por desafios relacionados ao acesso a serviços de saúde no Brasil na Argentina.

Fonte: Ramos ALBM, et al., 2021.

Quanto ao ano de publicação, observou-se que a maior parte dos estudos foi realizada em 2019 (52,38%), seguido de 2020 (14,29%), 2018 (14,29%), 2021 (9,52%) e 2017 (9,52%). Quanto ao nível de evidência, foram encontrados cinco estudos com o nível V (23,81%) e 16 com nível VI (76,19%).

A partir da análise dos artigos obtidos a partir da corrente revisão integrativa, identificou-se 14 estudos (66,67%) que relatam transfobia nos espaços de saúde, dos quais nove (42,85%) ressaltam a desrespeito em relação ao uso do nome social. Por sua vez, 14 (66,67%) estudos ressaltam o problema relacionado à patologização das vivências dos transexuais a partir da consolidação da lógica binária de gênero ao ser ressaltado o modelo biomédico. A ineficácia de programas públicos de atenção primária voltados para o público transexual ou a não concretização de políticas já existentes foi citada por nove estudos (42,86%). No que diz respeito à falta de recursos na rede de atenção à saúde destinada às necessidades do público transexual, foram identificados quatro artigos (19,05%).

Por fim, 15 estudos (71,43%) estabeleceram propostas de intervenção com o objetivo de fazer com que o público transexual consiga ter acesso aos estabelecimentos de saúde públicos, dentre estes nove (42,85%) relataram a importância da educação dos trabalhadores em saúde no contexto das vivências transexuais, quatro (19,05%) destacaram a importância do cuidado, acolhimento, atendimento especializado e cuidado multiprofissional ao público transexual e cinco (23,81%) apontaram para a importância em relação à inclusão de conteúdos e estratégias pedagógicas acerca das iniciativas públicas direcionadas à população LGBTQIA+ nas escolas médicas ou nos próprios serviços de saúde.

DISCUSSÃO

A partir dos resultados expostos na seção anterior, pode-se destacar os principais temas correlacionados à abordagem dos profissionais de saúde frente à transexualidade: a transfobia nos espaços em saúde, a patologização das vivências transexuais, a ausência ou ineficácia de políticas de atenção básica voltada para o público transexual, a falta de recursos na rede de atenção à saúde destinados às necessidades do público transexual e as propostas de intervenção a fim de melhorar o acesso à saúde por esse grupo.

Transfobia nos espaços de saúde

O preconceito contra pessoas transexuais é um fato ainda normalizado na sociedade atual. No âmbito da saúde, pode-se destacar a postura dos profissionais nas enfermarias, ambulatórios, unidades de saúde e demais espaços em relação à presença de transexuais. Segundo Oliveira I e Romanini M (2020) é comum perceber insultos e olhares atravessados, fazendo com que o paciente transgênero internalize a condição de diferente, imposta pela sociedade. Diversos autores afirmam que a transfobia presente nos espaços de saúde, resulta em um acolhimento estigmatizado e opressor, promove o distanciamento de pessoas transexuais dos serviços de saúde em razão do receio em relação à discriminação e da fragilidade dos vínculos criados com os profissionais. Apesar da maior qualificação percebida nos serviços especializados de saúde, ainda são comuns os relatos de transfobia (OLIVEIRA I e ROMANINI M, 2020; SHIHADDEH NA, et. al., 2021; BARBOSA MG, et.al, 2020; MONTEIRO S e BRIGEIRO M, 2019; SOUZA D e IRIART J, 2018; Rocon PC, et al, 2020).

Nessa conjuntura de transfobia nos serviços de saúde, diversos autores destacam o problema relacionado à falta de respeito em relação ao uso do nome social. Segundo Sousa D e Iriart J (2018), apesar de garantido em lei, o respeito ao uso do nome social ainda se mostra um entrave no acesso do público transsexual aos centros de saúde, já que diversos profissionais desconhecem essa prerrogativa presente na Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Por sua vez, Shihadeh NA, et al. (2021) afirmam que muitos profissionais, apesar de conhecerem a lei em relação ao uso do nome social, ainda se mostram resistentes a respeitá-la (SOUZA D e IRIART J., 2018; SHIHADDEH NA, et. al., 2021; MONTEIRO S e BRIGEIRO M, 2019; PEREIRA LBC e CHAZAN ACS, 2019; ROCON PC, et al., 2018; MENDES LG, et. al., 2019; LOVISON R, et al., 2020; SILVA LKM, et al., 2017; BRAZ C., 2019; Reis PSO, et al., 2021).

Gomes R, et al. (2018) trazem que a identidade de gênero também é um determinante social de saúde. Esses autores afirmam que o entendimento dessas questões interfere positivamente na saúde de pessoas que não se enquadram na perspectiva binária de gênero. Desse modo, a compreensão desse conceito de identidade de gênero por parte dos profissionais de saúde contribui para a redução da transfobia nesses espaços.

Patologização das vivências transexuais

A transfobia nos espaços de saúde, discutida na subseção anterior, acarreta a patologização dos transexuais, já que este público passa a ser considerado como indivíduos com transtornos psicológicos e psiquiátricos que necessitam de atendimento relacionado às questões de disforia de gênero. Assim, para terem acesso aos serviços de saúde, pacientes transgêneros são compelidos a se assumirem doentes a partir na necessidade de requisição de laudos psicológicos e psiquiátricos, passando a serem vistos como doentes (SOUZA D e IRIART J., 2018; ROCON PC, et al., 2018; GRADE C, et al., 2019; VIEIRA ES, et al., 2019).

Sobre esse aspecto, entende-se que patologizar algo que é próprio do ser humano pode acarretar um processo de adoecimento, pois retira a validade das vivências e a autonomia das pessoas transexuais (GRADE C, et al., 2019; VIEIRA ES, et al., 2019). Além disso, considerar as vivências transexuais como patologia impõe um controle sobre a vida dessa população, uma vez que padroniza o 'normal' ou o 'certo' e patologiza outros comportamentos quanto à identidade de gênero considerados como 'errados' (GRADE C, et al., 2019).

Apesar do CID-10 e do DSM-V não considerarem mais as identidades sexuais como um transtorno mental, há categorias que ainda mantêm essa relação. Desse modo, a partir do entendimento da existência dessa patologização, o processo de diagnóstico se torna um instrumento perverso ao ser utilizado com o objetivo de legitimar a vivência transexual dos pacientes apenas sob uma perspectiva de doença, criando uma lacuna entre o entendimento médico e a forma como os transexuais se enxergam (GOMES R, et al., 2018; OLIVEIRA I e ROMANINI M, 2020; ROCON PC, et al., 2019).

Apesar dos diversos desafios impostos pela patologização da transexualidade nos espaços de saúde, vale à pena destacar que o oferecimento de processo transexualizador pelo SUS deve ser visto como importante conquista (MONTEIRO S e BRIGEIRO M, 2019).

Dessa forma, é imperativo que se determine novas práticas de cuidado que sejam norteadas por planos terapêuticos com base na equidade e nas demandas específicas do sujeito, desconstruindo o padrão universal de gênero baseado na cisnormatividade, ainda adotado nos campos de saúde (SOUZA D e IRIART J, 2018; SHIHADDEH NA, et. al., 2021; REIS PSO, et al., 2021; ROCON PC, et al., 2018).

Ausência de políticas efetivas de atenção básica voltadas para o público transexual

O atendimento ao público transexual nos serviços de saúde se torna um desafio ainda maior em razão da ausência de articulação entre os diferentes níveis de cuidado. Neste âmbito, na prática, verifica-se a falta de efetividade da ampliação do processo transexualizador do SUS. Percebe-se, também, que a política de atenção básica voltada a esse grupo, especificada na Política Nacional de Saúde LGBT, não é realizada de forma satisfatória, apesar de desde 2010 o Ministério da Saúde trabalhar junto dos movimentos sociais a fim de concretizar políticas públicas destinadas a essa população. Este cenário faz com que não existam redes de referência e contrarreferência entre a atenção primária e os ambulatórios que realizam o processo transexualizador, por exemplo, o que resulta em longas filas de espera por este tipo de serviço (ROCON PC, et al., 2020; REIS PSO, et al., 2021).

Assim, pode-se afirmar que há necessidade da definição de políticas efetivas e de treinamento específico para os profissionais da atenção básica em relação ao contexto da transexualidade, de modo a garantir o bem-estar biopsicossocial a esse grupo intensamente marcado pela violência e o preconceito. Além disso, segundo Pereira LBC e Chazan ACS (2019), as políticas públicas devem ser capazes de romper as diversas barreiras de acesso aos serviços de saúde por essa população, bem como garantir o seu cuidado integral (SPIZZIRRI G, et al., 2017; VIEIRA ES, et al., 2019; Lovison R, et al., 2020).

Falta de recursos na rede de atenção à saúde destinados às necessidades do público transexual

Uma importante questão na discussão da transfobia estrutural é que a disponibilização de recursos financeiros não se mostra suficiente para suprir as demandas do público transexual. Este fato pode ser justificado em razão da deslegitimação das experiências vividas por esse grupo, além da marginalização dos corpos dos indivíduos que não se encaixam no padrão cisnormativo (SOUZA D e IRIART J., 2018).

Pereira LBC e Chazan ACS (2019), em seu estudo, trazem que as políticas de cuidados destinadas à população transexual muitas vezes não são atribuições municipais e sim, pertinentes a serviços de complexidade mais elevada. Desse modo, isso pode acabar colaborando com a existência de pouco investimento nesse seguimento do cuidado.

Diante disso, apesar do processo transexualizador estar disponível no SUS, o número de vagas não é suficiente em razão da limitação dos recursos destinados à ampliação e manutenção do programa. Outras ações, como o 'Programa Brasil sem Homofobia' e o 'Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT' também são impactados por não dispor de recursos suficientes para que as ações planejadas sejam executadas (ROCON PC, et al., 2020).

Em alguns estados, onde existem ambulatórios especializados no processo de transexualização, os recursos são provenientes dos governos estaduais, já que é percebida uma ausência do governo federal no financiamento deste tipo de serviço (ROCON PC, et al., 2019).

Propostas de intervenção a fim de melhorar o acesso à saúde pela população transexual

Dentre os estudos analisados, diversos autores destacaram a importância do cuidado, acolhimento, atendimento especializado e multiprofissional à população transexual. Nesse aspecto, Grade, Gross e Ubessiafirmam que é imprescindível o respeito à individualidade do sujeito, de modo a abolir qualquer ato de violência psicológica, mental ou física que possa vir a prejudicar o indivíduo transexual (MENDES LG, et. al., 2019; SILVA LKM, et al., 2017; GRADE C, et al., 2019; VIEIRA ES, et al., 2019).

Por sua vez, outros autores apontaram para a necessidade de qualificação dos profissionais de saúde no contexto das vivências transexuais. Nesse contexto, muitas vezes a centralização do cuidado da população transexual em hospitais se dá em razão da dificuldade em encontrar profissionais preparados a atender as demandas deste público em serviços não especializados (ROCON PC, et al., 2020; SOUZA D e IRIART J, 2018; SHIHADDEH NA, et. al., 2021; SPIZZIRRI G, et al., 2017)

Com relação a outras propostas de intervenção, Mendes LG, et al. (2019) trouxeram em seu estudo o conhecimento acerca da importância do respeito ao nome social e a contratação de pessoas transexuais para desempenhar funções não só nos serviços de saúde, mas também em outras atividades.

Nesse âmbito, diversos autores destacaram a necessidade de inclusão de conteúdos e estratégias pedagógicas acerca das políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ nas escolas médicas ou nos próprios serviços de saúde (BARBOSA MG, et.al., 2020; REIS PSO, et al., 2021; PEREIRA LBC e CHAZAN ACS, 2019; LOVISON R, et al., 2020, SPIZZIRRI G, et al., 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indivíduos transexuais, apesar do que lhes asseguram a Constituição Federal, encontram óbices diversos ao acesso à saúde, sendo os principais relacionados a processos discriminatórios institucionalizados, que levam a patologização de suas vivências, deslegitimação do seu corpo, desprezo à sua identidade sexual, agravados pela falta de políticas públicas voltadas a atender suas demandas específicas, colocando-os em situação de vulnerabilidade social. Desta forma, revela-se urgente novos investimentos para favorecer as necessidades intrínsecas da comunidade transexual, abarcando procedimentos, insumos e educação em saúde para os trabalhadores, e novas estratégias em assistência e promoção à saúde, a fim de resgatar-lhes a dignidade, saúde e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

1. BARBOSA MG, et.al. A População Transgênero sob o Olhar da Bioética: Um Panorama dos Currículos de Graduação e dos Cursos de Bioética das Escolas Médicas do Estado de São Paulo. *Rev. bras. educ. med*, 2020; 44(03).
2. BRAZ C. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. *Cadernos de Saúde Pública*, 2019; 35(4): e00110518.
3. DUARTE E, et. al. 30 anos do Sistema Único de Saúde. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 2018; 27(1): e00100018.

4. FERNANDES MCL, et al. Conhecimento de profissionais de enfermagem acerca da assistência à saúde dos transexuais. *Revista De Ciências Da Saúde Nova Esperança*, 2019; 17(2): 34-44.
5. GOMES DF, et. al. Desafios éticos nas relações entre enfermeiro e transexuais na Atenção Primária de Saúde. *Research, Society and Development*, 2021; 10(1): e57210112110.
6. GOMES R, et al. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2018; 23(6): 1997-2006.
7. GRADE C, et al. Patologização da transexualidade a partir de uma revisão integrativa. *Psic., Saúde & Doenças*, 2019; 20(2): 435-451.
8. HANAUER OFD, HEMMI APA. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. *Saúde em Debate*, 2019; 43: 91-106.
9. LOVISON R, et al. Travestis e transexuais: despindo as percepções acerca do acesso e assistência em saúde. *Enfermagem em Foco*, 2020; 10(5): 167-172.
10. MELNYK BM. Making the case for evidence-based practice. In: Melnyk BM, Fineout-Overholt E. *Evidence based practice in nursing & healthcare: a guide to best practice*. Philadelphia: Lippincot Williams & Wilkins, 2005.
11. MENDES LG, et. al. Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG). *Saúde em Debate*, 2019; 43(8): 107-119.
12. MENESESAPR, et al. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. *Saúde em Debate*, 2019; 43(5): 58-70.
13. MONTEIRO S, BRIGEIRO M. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. *Cad Saúde Pública*, 2019; 35(4): e00111318.
14. NASCIMENTO HM, et al. Atendimento em saúde para as travestis e transexuais: revisão sistemática da literatura (2008-2017). *Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura*, 2018; 01(04): 40-58.
15. NEGREIROS FRN, et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. *Rev. bras. educ. med*, 2019; 43(1): 23-31.
16. OLIVEIRA I, ROMANINI M. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. *Saúde soc.*, 2020; 29(1): e170961
17. PEREIRA LBC, CHAZAN ACS. O acesso das pessoas transexuais e travestis à atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. *Rev Bras Med Fam Comunidade*, 2019; 14(41).
18. REIS PSO, et al. Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros(as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais. *Rev Fund Care Online*, 2021; (13): 80-85.
19. ROCON PC, et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 2018; 22(64): 43-53.
20. ROCON PC, et al. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. *Interface*, 2019; 23: 1-14.
21. ROCON PC, et al. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trabalho, educação e saúde*, 2020; 18(1).
22. ROSA DF, et al. Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 2017; (33): 87-96.
23. SANTOS JS, et. al. Saúde da População LGBTI + na Atenção Básica à Saúde e a Inserção da Enfermagem. *Esc. Anna Nery*, 2019; 23(4): e20190162.
24. SHIHADDEH NA, et. al. (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. *Barbarói*, 2021; (58): 172-194.
25. SILVA BP, SCHONS AAN. Desenvolvimento de um guia rápido para prática de atenção à saúde da população transgênero. *Rev. bras. med. fam. comunidade*, 2019; 14(41): 2027-2027.
26. SILVA LKM, et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 2017; 27(03): 835-846.
27. SOUZA D, IRIART J. "Viver dignamente": necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. saúde pública*, 2018; 34(10): e00036318.
28. SPIZZIRRI G, et al. Considerações sobre o atendimento aos indivíduos transgêneros. *Revista diagnóstico & tratamento*, 2017; 22: 176-179.
29. VIEIRA ES, et al. Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2019; 39(3): 161-173.